



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol.15 | Nº. 29 | Jun./Dez. de 2023

Thiago Medeiros Fernandes

Universidade Estadual do Ceará/ UECE.

thiago.medeiros@aluno.uece.br

DIÁLOGOS ENTRE METODOLOGIA ORAL NA PESQUISA: Ensino de história, cultura africana e afro-brasileira.

RESUMO

Este artigo tem por finalidade discorrer sobre a contribuição que a disciplina Tópicos Especiais I – História Oral – uma metodologia transdisciplinar, ministrada pelo Prof. Dr. Gizafran Nazareno Mota Jucá, no Programa de Pós-Graduação do Mestrado Acadêmico em História Cultura e Espacialidade, pela Universidade Estadual do Ceará. Na possibilidade de encontrar um amparo metodológico na lente da metodologia oral, a fim de atravessar problemáticas inerentes aos estudos da cultura africana e afro-brasileira com Ensino de História, bem como aprofundar os aspectos da identidade negra e das memórias que estão imbricadas no processo na sociedade e, sobretudo, no imaginário coletivo.

Palavras-chave: História Oral; Cultura Africana; Afro-brasileira.

ABSTRACT

This article aims to discuss the contribution made by the subject Special Topics I – Oral History – a transdisciplinary methodology, taught by Prof. Dr. Gizafran Nazareno Mota Jucá, in the Postgraduate Program of the Academic Master's in History, Culture and Spatiality, at the State University of Ceará. In the possibility of finding methodological support in the lens of oral methodology, in order to overcome problems inherent to the studies of African and Afro-Brazilian culture with History Teaching, as well as deepen the aspects of black identity and memories that are intertwined in the process in society and, above all, in the collective imagination.

Keywords: Oral History; African Culture; Afro-Brazilian.

Introdução

Permeando os vários desafios que estão intrínsecos no processo de Ensino de História, no que concerne às epistemologias africanas e afro-brasileiras, dentro da linearidade construtiva de despertar saberes da identidade negra (filosofia africana, religiões afro-brasileiras, estética, culinária entre outros) que, outrora, foram renegados pela historiografia, recorreremos ao uso da História Oral como fonte essencial para dialogar com tais inquietações no processo de ensino e, sobretudo, na sociedade. Pois, tal inclinação está numa perspectiva de responder o que ainda não foi elucidado pelas fontes documentais e o que não pode ser enxergado (JUCÁ, 2014).

Neste sentido, discorreremos a partir da reflexão empírica e dialógica, sobre toda a bibliografia discutida na disciplina *Tópicos I – História Oral: uma metodologia transdisciplinar*, ministrada pelo Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá, que foi ofertada pelo Programa de Pós-Graduação de Mestrado Acadêmico de História, Culturas e Espacialidades, na Universidade Estadual do Ceará (UECE)¹. Bem como, procurando afirmar as contribuições e dissonâncias que a Metodologia da História Oral pode ter nas pesquisas direcionadas para a construção identitária da Cultura Africana e Afro-brasileira no ensino. Tal discussão vicissitude empíria da pesquisa acerca das africanidades cearenses, especialmente, às religiões afro-brasileiras, além disso atravessa à revisão bibliográfica no aprofundamento do teor discursivo no aporte da História Oral.

O trabalho está dividido em três seções: a) *Um breve caminhar na gênese da pesquisa: memórias e inquietações*; b) *As contribuições da disciplina da História Oral: usos conceituais na pesquisa*; c) *A lente metodológica da oralidade como fonte complementar na pesquisa história: desafios e possibilidades*. Na primeira seção, discute-se sobre o surgimento da problemática da pesquisa (aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 na educação básica), que nos levou a pensar na utilização da Metodologia da História Oral e, certamente, como o conceito de memória está intrinsecamente correlacionado para compreender as inquietações no Ensino de

¹ Gisafran Nazareno Mota Jucá, nascido em Várzea Alegre (CE), em 1948, é licenciado em História pela Faculdade de Filosofia do Ceará. Professor Adjunto, aposentado da Universidade Federal do Ceará e Professor Titular do Departamento de História, da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Concluiu o Mestrado em História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1975, e o Doutorado em História Social, na Universidade de São Paulo, em 1992.

História sobre a Cultura Africana e Afro-brasileira.² Na segunda seção, discutem-se as contribuições que a disciplina gerou no enriquecimento do aporte metodológico na realização da pesquisa, assim como toda apropriação de conceitos e reflexões de usos práticos para qualificar os horizontes do objeto de estudo, notadamente, práticas ativas desenvolvidas nas organizações negras. Finalmente, na terceira seção, contemplam-se os desafios e as possibilidades do uso dimensional da História Oral, como técnicas necessárias que servem como princípios básicos na pesquisa.

2 Um breve caminhar da gênese da pesquisa: memórias e inquietações

A problemática da pesquisa nasce da ótica e do exercício pedagógico no ensino de História. Já que, quando abordamos o Ensino de História na realidade brasileira, em especial o que se refere à cultura africana e afro-brasileira, estamos abordando um assunto complexo e que exige atenção, visto que os alunos trazem valores e percepções sociais diferentes. Como implementar a Lei nº 10.639/2003 numa sociedade multicultural? Quais são os caminhos para abrir o diálogo entre passado e presente? Como a identidade e a diversidade no que tange à cultura africana e afro-brasileira são produzidas na escola?

Ao ingressarem numa escola, os estudantes carregam consigo todas as especificidades de suas culturas, desafiando o professor. Sendo assim, a pesquisa trata-se de reconhecer as dificuldades na aprendizagem com temáticas africanas e afro-brasileiras na escola pública, a fim de refletir os impactos na formação dos alunos. A Lei nº 10.639/2003 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a fim de incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira. Com isso, surgem novos obstáculos que persistem nas escolas atualmente, especialmente no ensino público, como o preconceito velado existente no imaginário dos discentes na hora de aplicar alguns conceitos,

² A Lei nº 10.639/2003 estabelece que nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, vale ressaltar sofreu alteração para 11.645/2008 com a inclusão dos povos indígenas, porém, o presente estudo demarca como campo investigativo à Lei nº 10.639/2003 como marco político dos movimentos sociais (BRASIL, 2003; BRASIL, 2008).

como: identidade racial, religiões afro-brasileiras, cultura africana e afro-brasileiras entre outros, nas aulas de História.³

Para Mônica Pimenta Velloso (2009), lugares de palavras não são apenas nos veículos textuais impressos, mas também são as ruas da cidade com suas formas de contar, ditos e malditos boatos e insultos que asseguram a circulação e recriação dos acontecimentos. No que refere-se a aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003, no tempo presente, tais acontecimentos são herdados, principalmente, do Evolucionismo e o Positivismo, ou ainda do Etnocentrismo, que até hoje estão impregnados na cultura ocidental e mantêm resquícios na hora de estudar a cultura africana na escola. Isso implica a necessidade de abordar a temática em questão no ensino e garantir de forma significativa no componente curricular da Educação Básica. A Lei nº 10.639/03 foi criada para diminuir as ideias preconceituosas e estereotipadas em relação aos afro-brasileiros, apresentando a necessidade de uma construção da história étnica de nosso povo e destacando a diversidade do Brasil e as ações culturais existentes que a influenciou.

À vista disso, o porquê temos dificuldade de dialogar na Educação Básica com a cultura africana e afro-brasileira? Para Nilma Lino Gomes (2017) preexiste uma lacuna interpretativa crítica da racialidade brasileira, perpassando demandas inerentes à práticas pedagógicas e curriculares para o reconhecimento da diversidade étnico-racial, da questão racial e, sobretudo, da população negra no sistema educacional. Conforme:

A escola é um complexo social fundamental no processo de transformação da realidade social; ela é influenciada pelo sistema, ao passo que, em contrapartida, também o influencia, uma vez que forma as pessoas que vão ocupar e ajudar a construir todas as demais instâncias sociais. Nesse sentido, a escola precisa ser uma forte aliada no enfrentamento das opressões estruturais, fundamentalmente o racismo (PINHEIRO, 2023, p. 147).

Assim, compreendemos que prevalece dispositivos de coerção estruturais acerca da racialidade que emergem da escola, enquanto lugar centralizado para a

³ Vale ressaltar que tal lei sofre uma modificação, com a instituição da Lei nº 11.645/2008, estabelecendo que “o conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e **dos povos indígenas no Brasil**, a cultura negra e **indígena brasileira** e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil” (BRASIL, 2008). Porém, o presente artigo/pesquisa, trata-se referente o teor histórico, político e social referente a Lei nº 10.639/03 e sua gênese cultural intrínseca na Educação Básica.

formação dos sujeitos, pois o ambiente escolar torna-se uma instituição afetada pela tensão entre o dispositivo da racialidade e a formação social, cultural e, sobretudo, política na disseminação do conhecimento (GOMES, 2017). Nesta perspectiva, como estimular os discentes para uma aprendizagem da cultura *afro-brasileira*? É um dos questionamentos que desafia os docentes na hora de planejar as aulas de História e aplicar a lei de forma significativa no processo de ensino do educando.

Deste modo, estimular a aprendizagem para um entendimento da cultura africana e afro-brasileira, combater o preconceito velado nas escolas e comunidades são aportes essenciais na afirmação da identidade negra de forma positiva e, conseqüentemente, enfraquecer a sonoridade negativa do racismo proveniente de paralelos históricos. Pois, “os homens como sujeitos da História e de sua temporalidade podem produzir acontecimentos e mudanças, ou impedi-los de se concretizarem”, ou seja, podem fomentar o sujeito conhecer a história da cultura africana e afro-brasileira com o intuito de obter consciência e adquirir pertencimento histórico na sociedade (DELGADO, 2003, p. 15).

A pesquisa aponta para o necessário rompimento com a prática escolar homogeneizadora e etnocêntrica, a fim de reinventar a escola e sua cultura, repensar a História e sua Historiografia e formar o professor numa perspectiva *multi* e intercultural (SOUZA *et. al*, 2020). Nesse sentido, caminhos pedagógicos são abertos para o processo de ensino-aprendizagem do educando que, certamente, vai ao encontro com temas transversais emergentes na sociedade, como a diversidade cultural, que está cada vez mais debatida no meio acadêmico em seus campos ligados à educação.

Neste *toar*, portanto, é corriqueiro observar cenários de conflitos motivados por questões étnicas e religiosas, como no futebol com manifestações de racismo e nas lojas, com cenas de racismo estrutural⁴. Tais ações de cunho preconceituoso resultam numa sociedade que não reconhece sua identidade cultural, ou até mesmo, se nega a compreender os fatos históricos para um pertencimento de identidade.

Neste sentido, evocando tal problemática exalada no que concerne a aplicabilidade da Lei nº 10.639/03 na Educação Básica, no decorrer da pesquisa,

⁴ As instituições exercem uma força que estabelecem uma ordem social, logo, todo o sistema está intrinsecamente condicionado a uma estrutura previamente existente que, obviamente, imprime toda sua essência advinda das relações históricas da sociedade e reforça o racismo como componente orgânico. Deste modo, à sociedade é racista, então naturalmente tem sinais na sua estrutura social. Tal relação pode-se ser entendida como racismo estrutural que está vinculado ao sistema de forma “naturalizada” (ALMEIDA, 2019).

faz-se necessário a utilização da lente metodológica da História Oral, no que tange verificações diretas com instrumentos das entrevistas de profundidade, as rodas de conversas, anotações, registros fotográficos e observação de fichas de acompanhamento.

Deste modo, há uma necessidade de mergulhar teoricamente nos conceitos recorrentes da oralidade, subjetividade e narrativa e, detidamente, utilizar conceitos que são pertinentes na problemática da pesquisa sob o olhar da História Oral, já que no eixo central das *tensionalidades* da pesquisa habitam sujeitos silenciados ao longo da historiografia acerca das africanidades, pois à cultura negra e as religiões afro-brasileiras sofreram e sofrem agressões no processo da construção identitária negra, com:

a) as técnicas sutis de aculturação, assimilação e folclorização; b) em certas temporalidades a proibição e a tentativa de acabar com as religiões de matrizes africanas, no qual resultou em uma “sincretização” compulsória; c) a política de branquificar física e culturalmente o país, por meio do estímulo à imigração branca em massa. Tais processos engradem a ideologia que, certamente, força o negro a se suicidar para poder coexistir como cidadão brasileiro (FERNANDES, 2023, p. 69).

Desta maneira, percebemos um apagamento histórico refletido pelo peso teórico das hegemonias epistêmicas do eurocentrismo, em que a oralidade assume este papel de reconfigurar vozes nos espaços de poder. Portanto, faz-se necessário a amplitude da oralidade como fonte para transparecer dados abstratos no cognitivo dos educandos sobre a compreensão e ressignificação dos resquícios das amarras ideológicas advindas da escravidão que, certamente, estão imbricados nas práticas sociais de convivência na educação.

3 As contribuições da disciplina da História Oral: usos conceituais na pesquisa

Memória de um tempo onde lutar
Por seu direito é um defeito que mata
São tantas lutas inglórias
[...] São cruces, sem nomes
Sem corpos, sem datas
Memória de um tempo onde lutar por seu direito
É um defeito que mata
(GONZAGUINHA, 1973).⁵

⁵ A música “Pequena Memória Para Um Tempo Sem Memória”, imprime a essência da Música Popular Brasileira, em 1973, por Luiza Gonzaga do Nascimento Júnior, conhecido por Gonzaguinha. Porém, ao longo do repertório de “Planeta Fome”, Elza Soares reflete sobre um Brasil deitado e sem berço, ou seja, reflete um tempo social que foi a experimentação concreta do relativo processo de compreender o tempo.

O excerto poético e áspero dos versos da música reflete uma concepção de tempo que reverberava sobre os pilares sociais de um determinado período, no qual está intrinsecamente ligado às múltiplas temporalidades que são atribuídas à coletividade na pressão do direito e do ato de lutar com força social. Tal dinâmica representativa vem à tona com os estudos da obra “*Sobre o tempo*”, escrito por Norbet Elias (1998), já que ao longo das páginas sem títulos, de forma bem peculiar, dialoga com o conceito de tempo na diversidade teórica dentro do contexto social e seus desdobramentos para constituição do processo civilizador.

Na nossa primeira aula da disciplina de História Oral, ministrada pelo Dr. Gisafran, no curso de Pós-Graduação de Mestrado Acadêmico em História, Cultura e Espacialidades, tivemos a oportunidade de dialogar sobre a concepção de tempo pela via teórica de Norbert Elias (1998) que, detidamente, evidencia a relação de tempo no âmbito natural e social, pois toda interconexão criada tem um vínculo com ato de convergência entre natureza, sociedade e subjetividade do indivíduo. Sendo assim, manifesta a relação com o uso da coletividade social. Neste sentido, há uma distinção entre tempo social, físico e biológico, pois tais perspectivas demonstravam um aspecto inerente ao processo de desenvolvimento do indivíduo e, sobretudo da sociedade (ELIAS, 1998).

Portanto, percebe-se que a sociedade tem uma percepção própria de lidar com o tempo que são marcados pela aprendizagem e pela experiência prévia, isso denota que, quanto mais a sociedade entende a função social de desenvolvimento de aferição do tempo, mas encontra-se elementos substanciais para exemplificar marcadores de regulação que, certamente, exercem seu poder coercitivo nas diversas circunstâncias tanto pela via individual até aspectos coletivos. Deste modo, o tempo assume um papel relativo para grupos com fins específicos, percebe-se que no trecho da música nota-se a referência de um tempo marcado por censura e coercitividade do direito de lutar, logo, o tempo elencado faz alusão às formas de dominação de grupo socialmente reprimido.

Neste sentido, a relação de tempo evidenciado por Norbert Elias (1988) nos convida pensar no como a identidade negra é vista e, obviamente, trabalhada na Educação Básica. Então, quais as múltiplas temporalidades de dominação que os discentes trazem sobre o processo de escravidão? Que tipo de relações temporais sustentam práticas racistas na atualidade? Como a relação do tempo exerce um papel fundamental no meu caminhar como pesquisador? Pautada nestas

inquietações, a proposta é destrinchar a origem da essência racista que prevalece nos noticiários de forma corriqueira na sociedade contemporânea, em que reflete diretamente na escola. Além disso, também é importante compreender as referências temporais que estão interligadas pelas construções sociais, nas quais estabelecem uma padronização marco-temporal que está inerentemente ligada ao processo de constituição histórica, social e política do indivíduo, enquanto identidade negra que absorve a herança cultural de inferiorização imposta pela historiografia que foi marcada pelo lapso da escravidão.

O segundo texto foi elucidado pela obra “*memória social*”, por James Fentress & Chris Wickham (2004), na qual transita entre concepções de memórias e suas interconexões nos fatos sociais que se depreendem da linguagem, ensino, observação e ideias coletivas; que, certamente, compõem traços pontuais da memória social sobre o tecido das tensionalidades no âmbito da coletividade. Nos termos gerais, o texto elucida uma percepção de memória e psicologia cognitiva, abrindo dois eixos explicativos: a) o sistema de *memória semântica* e b) o sistema de *memória episódica*.

Na memória semântica, infere-se uma consciência cognitiva que, certamente, transcende o individual, além de imprimir um caráter racional com simbologia, nesta circunstância cria-se uma rede de conceitos capaz de traçar paralelos estruturais no entendimento do ser, enquanto indivíduo participativo deste tecido cognitivo. Por isso, no sistema de memória episódica, percebe-se uma prevalência da consciência não-cognitiva e, essencialmente, subjetiva na sua constituição enquanto identidade nas diversas experiências (FENTRESS; WICKHAM, 2004).

Desta forma, o conceito aqui aplicável no caminhar da pesquisa permeia historicamente os âmbitos sociais no que tange a cultura africana e afro-brasileira, nos quais estão pautados na “*memória social*” enquanto constructo de múltiplas referências de redes de conectividade que liga e, por vezes, define o indivíduo na sua concepção de identidade. Pois o discente está diretamente relacionando com o sistema de memória episódica que está coberta das experiências vivenciadas por estes indivíduos. Por exemplo, os discentes carregam traços subjetivos de uma violência simbólica e corriqueira por serem negros e esta é suavizada por contextos pontuais de “naturalização”, pois ao recordamos pensamentos cognitivos visto em outrora, também exploramos e recordamos sensações subjetivas de uma coletividade (FENTRESS; WICKHAM, 2004).

Portanto, a ideia é pensar a *memória social* como um pensamento polissêmico imbricado socialmente, a fim de praticar e ampliar na pesquisa o olhar metodológico sob o estudo da memória como um fenômeno social no que concerne à cultura africana e afro-brasileira na atualidade (ABREU, 2006). De certo, tais análises compõem o olhar empírico que será trabalhado na pesquisa e propõem abrir o diálogo também pela ótica da memória semântica, pois tal perspectiva está paralela ao processo de construção da identidade negra que racionaliza e gera rede de conceitos impositivos além do processo da individualidade.

Para James Fentress e Chris Wickham (2004, p. 19) “recordar implica muitas vezes viajar para trás ao longo de encadeado de memórias; se a cadeia se desfizer e todos os elos ficarem separados, deixaremos de todo de poder recordar”, muito embora, este ato de recordar também poder ser presenciado de forma coletiva e prevalecido por resquícios identitários perdidos historicamente que foram reconstruídos, segue o exemplo da diáspora africana e sua ressignificação nos processos identitários.

Entretanto, há prevalência de recordações refletidas sob o olhar da escravidão que segue imbricada no olhar prático da sociabilidade contemporânea, estas conexões, mesmo que sutis, estão explícitas nos debates de autores que evidenciam essas interligações impositivas e divisórias latentes no processo de sociabilidade social, no caso dos estudos Boaventura de Sousa Santos (2010), evidenciando as *linhas abissais* que, por meios delas, percebe-se a gênese social dos estereótipos e sua sintetização das redes de conceitos que determinam padrões e também estabelecem divisórias socialmente invisíveis no que tange à identidade negra. Tal referenciação abre o diálogo com os resquícios abstratos que a própria memória coletiva – evocado por Halbwachs (1990) – exala nas tensionalidades de um grupo no que tange o enquadramento das lembranças, por meio das suas redes de sociabilidade da constituição da identidade negra na contemporaneidade, bem como pelo o ato de recordar imbricado pelas distinções das divisões invisíveis da discriminação racial.

Várias motivações que elucidaram ao longo da disciplina da História Oral, entre debates e contribuições, foram *insights* para pensar aportes teóricos que refletissem a utilização do conceito de memória a fim de refinar a problemática da cultura africana e afro-brasileira para a compreensão do racismo imbricados no Ensino. É nesta perspectiva que “a perda da memória é, portanto, uma perda de

identidade” (CANDAU, 2011, p. 59), pensando nessa fragmentação identitária no que concerne à cultura africana e afro-brasileira, nota-se o intenso processo de silenciamento e apagamento histórico oriundo da perspectiva historiográfica que imprime um caráter racista e discriminatório na educação no processo diáspora africana.

Desta forma, a obra *Memória e Identidade*, inscrita por Joël Candau (2011), foi plenamente discutida e referenciada para uma sensibilidade no aprofundamento da construção da identidade e memória e, detidamente, perceber como estes elementos estão imbricados no espaço cognitivo das subjetividades no que concerne à cultura africana e afro-brasileira. Pois, “a memória consolida ou desfaz o sentimento identitário”, partindo deste pensamento a ideia é refletir sobre o uso de memória, assim como, de que forma a sociedade remete à memória dos escravizados e como foram constituídas estas no imaginário social. Quais são os reflexos conceituais que estão disseminados até hoje desta memória constitutiva pós-escravidão da identidade negra? Tais reflexões estão ancoradas pelo aporte teórico na perspectiva de compreender sob a ótica da identidade negra entre a memória estabelecida e a memória enquadrada na historiografia que refletem no racismo impregnado na educação (CANDAU, 2011, p. 60).

4 A lente metodológica da oralidade como fonte complementar na pesquisa histórica: desafios e possibilidades

Escrever história é também mediar temporalidades, exercer a atividade de tradução entre naturezas, sociedades e culturas de tempos distintos. Colocados nesta terceira margem da temporalidade, que é o presente, o historiador tem a tarefa de construir com sua narrativa uma canoa que possa mediar, fazer se tocar as margens do passado e do futuro (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 33).

Há como refletir o desafio que é entender inquietações epistemológicas da sociedade e à forma como isso perpassa até chegar no ato de escrever. De fato, tal complexidade impõe uma série de métodos inerentes à construção das múltiplas problemáticas apresentadas pelo pesquisador e, sistematicamente, devemos estar sensíveis como o uso do tempo exerce uma ação contundente no ato de escrever na construção de saberes científicos.

Ao evocar a imensidão da escrita e o tempo como determinantes deste processo, recorro ao pensamento de Nobeit Elias (1998, p. 41): “as relações temporais, como se vê, são relações de níveis múltiplos e grande complexidade”, ou seja, o tempo entendido parte de um processo civilizador de controle coercitivo dentro de parâmetros estruturais. Desta forma, tal escrita parte de um tempo para dialogar com as múltiplas temporalidades e sintonizar tessituras perdidas entre passado, presente e futuro. São estas conexões sutis que carecem de um olhar metodológico específico para novos sujeitos e problemáticas distintas, a fim de criar possibilidades significativas no campo historiográfico. Qual lente metodológica estaria aberta para enxergar o tecido social de sujeitos que foram silenciados ao longo da historiografia?

Diante desta inquietude, podemos inferir o quanto o campo da história oral tem angariado novos espaços, problemáticas e, sobretudo, sujeitos que, outrora, não eram enxergados como possibilidade investigativa de conhecer e problematizar o estrato conjuntural social, exemplificando a própria formação da identidade negra ao longo processo pós-abolição. Infere-se, pois, o apagamento histórico-cultural de uma identidade encoberta sob o olhar hegemônico eurocêntrico, pois o escravizado era o objeto de estudo perante uma perspectiva de subalternização. Logo, com um olhar sensível, pela ótica da oralidade, pode-se entender vários aspectos da cultura negra que estão baseados pelo conhecimento intrínseco da memória, da história e da identidade negra enquanto paradigma para se entender a constituição da cultura africana e afro-brasileira. Neste sentido, “a História Oral passou a se posicionar como uma forma divergente de encarar a realidade social, acusando as classes dominantes pelos males que atingiam os menos favorecidos” (JUCÁ, 2011, p. 50).

O pioneirismo do uso da História Oral emergiu no final do século XX no Brasil quando um grupo de pesquisa – Centro de Pesquisa Documental/Fundação Getúlio Vargas/Rio de Janeiro (CPDOC/FGV/RJ) –, utilizou-se da metodologia complementar para os estudos sobre Vargas, na área de concentração de História Política Contemporânea (JUCÁ, 2011). Portanto, percebe que o uso da História Oral no Brasil contempla uma amplitude de novas abordagens metodológicas pelos conflitos sociais que, certamente, abriram caminhos essenciais para adentrar nesses universos desconhecidos que, até então, estavam sendo invisibilizados pelo teor científico na produção das epistemologias.

Diante de toda sua complexidade, a História Oral aqui é entendida como apregoa Gizafran Nazareno Mota Jucá (2011), devendo suscitar enquanto método complementar de pesquisa, tendo em vista sua complexidade sistemática para que não se apresente como algo absoluto no campo da pesquisa, e, assim, possibilite associação comparativa entre História Oral e Escrita. A fim de ampliar horizontes na pesquisa do conhecimento histórico, associando elementos primordiais da subjetividade, neste caso seria a percepção de sujeitos da identidade negra que sofrem preconceitos raciais na educação. Tal olhar investigativo faz-se presente devido esta teia metodológica da oralidade que possibilitou atravessar amarras epistemológicas que estiveram à mercê da produção historiográfica.

Para Regina Beatriz Guimarães Neto (2011) a História Oral está intrinsicamente alinhada a uma metodologia que, muitas vezes, também pode ser inserida numa técnica de pesquisa abrangendo várias áreas do campo investigativo. De fato, infere-se como uma lente capaz de atingir perspectivas metodológicas nas múltiplas estratificações sociais marginalizadas que, outrora, apresentavam-se permeáveis na possibilidade investigativa. Como por exemplo estudar subjetividades da identidade negra pelo viés narrativo dos saberes pautados na oralidade.

Tal olhar metodológico ecoa tensionalidades transversais contemporâneas e possibilitam instituir um caráter qualitativo no processo da pesquisa, partindo da história do tempo presente que, concisamente, expressam inquietudes corriqueiras na sociedade (como o racismo estampado nos espaços de aprendizagens) que são oriundas do passado vivo pelas dissonâncias substanciais inerente ao imaginário social da identidade negra no seu âmbito cultural, social, político e, sobretudo, educacional como um lugar de resistência.

Ademais, percebe-se uma disputa hegemônica intelectual pelo impasse travado entre escrita e oralidade, esta sofre o reflexo da legitimação perante o antagonismo metodológico sob a ótica hegemônica positivista. Não há, portanto, uma forma de dissociar as duas fontes, oral e escrita. Pelo contrário, é arriscado assumir um caráter dicotômico e impor uma disputa territorial metodológica que não condiz com a prática da pesquisa. Já que o viés da dimensão metodológica da oralidade abre o diálogo assertivo entre o fio condutor do objeto, sua justificava com a problemática à luz das inconformidades dos universos paralelos dos sujeitos marginalizados, notadamente, no que tange a construção identitária negras e suas africanidades como saberes científicos (GUIMARÃES NETO, 2011).

No entanto, vale salientar que não há problemas em utilizar, na pesquisa histórica, múltiplas lentes metodológicas para identificar o trato essencial na compreensão da problemática na sociedade, pois, como apregoa Regina Abreu (2005, p. 30): “é preciso recorrer a autores de diferentes escolas e tradições de pensamentos, sem que isso seja uma heresia acadêmica”. O que de fato determina o método a ser utilizado no campo científico? Tal indagação vai ao encontro da comunicação reflexiva que o pesquisador faz com o objeto e a problemática, já que são fatores preponderantes de determinação que as fontes históricas se fazem presentes para amplificar o horizonte e selecionar o método a ser aplicado no decorrer da pesquisa.

Neste sentido, partindo da pesquisa que evoca memória, detidamente, recorre-se aos aspectos estritamente subjetivos para alcançar o ápice reflexivo da investigação, no qual exige um aprofundamento metodológico múltiplo para desvendar preâmbulos abstratos, tanto na memória individual/coletiva. Deste modo, limitar-se à fonte apenas escrita é, de fato, perder a capacidade de mergulhar em saberes epistemológicos perdidos no tempo, contudo, vale ressaltar que uso da fonte escrita também contribui na construção científica, vai depender sobre a temporalidade e o uso dessas fontes na produção das epistemologias. Pois tais universos, nas suas proporcionalidades de exceção (no campo temporal e espacial), como: os povos originários e culturas africanas e afro-brasileiras, costumam não dispor de fontes, mas sim de diversidade epistêmicas peculiares que, muitas vezes, estão à margem da produção e discussão do crivo científico (GUIMARÃES NETO, 2011).

Neste sentido, faz-se necessário refletir sobre a gênese estrutural da História Oral e perceber que são perspectivas distintas na sua imersão investigativa, já que ambas passam pelo crivo científico acadêmico moderno. Muito embora na História Oral, historicamente, há um peso hegemônico do sistema dogmático positivista. Por isso, torna-se relevante compreender a complexidade de cada epistemologia metodológica para inferir que ambas operam com os códigos referenciais culturais dentro de olhares epistêmicos distintos. Portanto, nada impede um processo de transdisciplinaridade metodológica para ampliar horizontes e alcançar investigações nas quais as fontes escritas não acessam de forma crítica (GUIMARÃES NETO, 2011).

Neste toar, o entendimento assertivo sobre oralidade encontra o reforço conceitual, pelos estudos de Durval Albuquerque Júnior:

O oral não deve ser posto dicotomicamente ao escrito, como duas realidades distintas e distantes, mas como formas plurais que se contaminam permanentemente, pois haverá sempre um traço de oralidade riscando a escritura e as falas sempre carregam pedaços de textos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 230).

Infere-se que tal olhar metodológico não tem pretensão de impor uma dicotomia, mas sim métodos complementares que possam atingir várias matrizes problemáticas no caminhar investigativo, pois, tanto História Oral como escrita, estão intimamente interligadas no campo social, político e cultural. Bem como imprimem um caráter modular distinto na sua essência metodológica, porém, paradoxalmente, são convergentes na sua integralidade na problemática da pesquisa que, sistematicamente, são apreciados entre encontros e desencontros pela “arte de dizer/arte de fazer”. Nesta interseção, está o pesquisador para dialogar entre aquilo que foi silenciado pela conjuntura hegemônica epistemológica e metodológica (GUIMARÃES NETO, 2011; CERTEAU, 2000, p. 152).

Nesta circunstância a arte de sistematizar a escrita é, historicamente, por vezes um caminho conflitante, mas na perspectiva de múltiplas possibilidades metodológicas, notadamente quando propõe trabalhar com a História Oral, podemos evocar a mediação de diversas temporalidades silenciadas ao longo da história, no pilar da centralidade da sociedade, da cultura e dos universos políticos oriundos da cultura africana e afro-brasileira. A fim de conectar-se por meio do fio condutor memorial atemporal para criar significados, e assim, atravessar a fronteira cognitiva passado-presente que carrega tecidos conjunturais do racismo imbricado na sociedade contemporânea (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007).

Paralelamente, devemos também compreender a funcionalidade e as técnicas específicas que qualificam o objeto de estudo e a problemática pelo olhar sensível da dimensão metodológica da oralidade. Senso assim, adentrando nos pensamentos conceituais de Verena Alberti (2013, p. 29), “história oral não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento”. No qual, evidencia-se como prática de pesquisa que adentra no campo metodológico utilizado por várias áreas da ciência.

Vale ressaltar que, sem os pilares metodológicos e teóricos que solidificam o discurso da História Oral, as fontes por si não conseguem articular parâmetros de

estruturação dentro da investigação científica, ou seja, tal problematização necessita ecoar diante da formulação da proposta do projeto que dispõe utilizar a História Oral como metodologia. Quais são as indagações pertinentes diante das múltiplas possibilidades do campo da oralidade? Obviamente, a problematização em si já imprime o objeto e suas variações para pensar nos questionamentos e, assim, pensar historicamente nos segmentos dos itinerários do que se pretende trabalhar.

Quando se fala de História Oral, há uma necessidade de refletir sobre seu aspecto relevante, especialmente, quando se trata da pesquisa. Pois, conforme Alberti (2013), essa forma de resgatar o passado na ótica dos que vivenciaram, infere-se a partir de relação necessária de revisitar fraturas sociais que prevalecem viva por meio de memórias afetivas perdidas no emaranhado de lembranças no tempo presente. Neste sentido, o que de fato condiz com uma relevância histórica? Quais suas contribuições para a construção de saberes novos na reflexão da sociedade contemporânea?

Como apregoam os estudos de Alberti (2013, p. 31), “a escolha dos entrevistados é, em primeiro lugar, guiada pelos objetivos da pesquisa”. Neste sentido, por meio de estudos bibliográficos e, detidamente, um olhar empírico da fertilidade epistemológico objeto de estudo, pressupõe usar critérios para delimitar os entrevistados, a fim de chegar nos aspectos primordiais que solidifiquem toda a construção teórica da problematização. Sem dúvida, é por meio dos objetivos específicos que podemos pensar historicamente os relevos metodológicos dentro do campo da história oral e, assim, ter entrevistados que possam responder perguntas sobre o objeto e, sobretudo, possibilitar novas indagações.

A objetividade deste processo na escolha dos entrevistados é, indubitavelmente, peça primordial para estruturar o aspecto qualitativo do caráter da investigação científica, pois o que torna a pesquisa (que se utiliza da história oral) relevante é toda a conjuntura da história vivenciada nos desdobramentos das amarras institucionais que encobrem o sujeito. Sendo assim, vale refletir que tal qualidade nos resultados não estão interligados com o quantitativo dos entrevistados, mas na essência extraída por entrevistados precisamente selecionados pelo manto dos objetivos. Ratificando tal pensamento, Alberti (2013), denomina de *unidade qualitativa* o que se faz necessário ter conhecimento prévio sobre o objeto de estudo, dentro da execução da pesquisa para ter sensibilidade na

construção do pensamento entre a problematização, o sujeito e seus desdobramento espaciais na relação pesquisador-entrevistado e o processo de ensino.

Assim sendo, tal sistematização do aporte da oralidade reforça no ensino a possibilidade de investigar múltiplas temáticas que, por vezes, não são alcançadas pela conjuntura do positivismo. Logo, a entrevista por si não imprime um fato dialógico que fala por si na sua totalidade, antes há a necessidade de conectar entrevistas e comparar com outros dados para estabelecer relações com outras fontes, e assim, possibilitar uma análise aguçada que dê volume para discutir várias versões que são apresentadas ao longo do processo. Lembrando que toda fonte traz uma essência de subjetividade, sobretudo no campo da entrevista que está trabalhando diretamente com as experiências vivas e sobre circunstâncias externas que também influencia o processo da pesquisa (ALBERTO, 2013)

Em suma, qual seria o melhor tipo de entrevista? Tudo vai depender do seu objeto e do recorte. Partindo desta indagação, Alberti (2013) sugere a entrevista temática ou história de vida. Tais entrevistas abraçam uma ótica específica dos indivíduos, em que estão representados por uma percepção de coletividade sobre fragmentos temáticos que, certamente, estão intrinsecamente pautados no aspecto mais robusto da subjetividade do indivíduo que, precisamente, abriga várias percepções temáticas dentro do campo da história de vida.

Neste íterim, percebe-se as possibilidades apreciativas que a dimensão metodológica da oralidade pode nos proporcionar pelo olhar técnico e estreitamente descrito na obra *Manual de História Oral*, Verena Alberti (2013). Sendo assim, é a partir deste entendimento convergente da História Oral. ensino e prática na pesquisa científica que, portanto, entendem-se os aspectos singulares no trato da pesquisa histórica sobre a ótica metodológica da oralidade.

Porém, é primordial que tenhamos consciência da complexidade das ferramentas utilizadas e de que tal ferramenta imprime um caráter complementar metodológico, reforçando o quanto o ensino está inerente ao processo de (re)aprender na vicissitudes da estratificação social dos sujeitos envolvidos, em que convém abrir um diálogo com outras fontes para enriquecer o debate na pesquisa historiográfica. Logo, os autores citados propõem caminhos metodológicos e debates acirrados pelos desafios do uso História Oral, porém reforçamos a diversidade no ensino como fator primordial na ampliação da desconstrução de problemáticas de sujeitos que estiveram marginalizados em outrora.

Considerações Finais

Diante de tal diálogo, percebe-se o quanto há a necessidade intrínseca de diversificar o campo metodológico para adentrar nos universos que foram silenciados ao longo da História e, certamente, o quanto a História Oral nos convida a fazer este exercício de romper muros epistemológicos hegemônicos para aprofundar-se nos saberes da identidade negra no Ensino de História. Entretanto, há dissonâncias no corpo metodológico do rigor acadêmico entre Oral e Escrito que, por vezes, reacendem a legitimação da produção técnica da oralidade. Contudo, é importante ratificar que coexiste uma complementaridade metodológica para (re)pensar de forma comparativa inquietações oriundas no caminhar da pesquisa sobre várias vertentes metodológicas, nas quais quem irá definir é o objeto de pesquisa.

Por tudo isso, os debates direcionados na disciplina de Tópicos Especiais I, História Oral: uma metodologia transdisciplinar, deram um aporte conceitual qualitativo para estruturar o caminhar da pesquisa dentro da escolha metodológica da História Oral. Com base complementar para investigar peculiaridades que a História Escrita não revela, já que a amplitude das inquietações provenientes do processo de Ensino de História, quando trabalhada a cultura africana e afro-brasileira, está pautada em narrativas, identidades, memórias, subjetividades e, sobretudo, constituição de um racismo imbricado no imaginário social que carece de investigação.

Referências Bibliográficas

ABREU, Regina. **Chicletes eu misturo com bananas? Acerca da relação entre teoria e pesquisa e, memória social** In: GONDAR, Jô; VERA, Dodebi (org.). O que é memória social?. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ). 162 p. 2006.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. – 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história**. Bauru: Edusc, 2007.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p.

BRASIL, **Lei N° 10.639/03**. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm. Acessado em 30 de novembro.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Editora Contexto. 224 p. 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: arte de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2000. v. 1.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História oral**, v. 6, n. 1, p. 9-25, 2003.

ELIAS, Nibert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. – 1ª edição, 168 p. 1998.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. **Memória Social**. Espanha: Editora Catedra *Ediciones*. 264 p. 2004.

FERNANDES, Thiago Medeiros. As dissonâncias e consonâncias entre imprensa negra, eurocentrismo, afrocentricidade e ensino de história. **Identidade!**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 64–87, 2023. Disponível em: https://revistas.est.edu.br/periodicos_novo/index.php/Identidade/article/view/2251. Acesso em: 26 out. 2023.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Historiografia, diversidade e história orais: questões metodológicas**. In: LAVERDI, Robson *et al.* História Oral, desigualdades e diferenças. Editora Universitária UFPE/Editora UFSC, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice. Editora Revista dos Tribunais, 1990.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A Oralidade dos Velhos na Polifonia Urbana**. Fortaleza – Editora Premium – 2ª Ed. 2011.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Seminário da prainha: indícios da memória individual e da memória coletiva**. – Fortaleza: EdUECE, 2014. 520 p.

NASCIMENTO JÚNIOR, Luiz Gonzaga. **Pequena Memória Para um tempo Sem memória**. 1973. Disponível: <https://www.letras.mus.br/gonzaguinha/46284/>. Acessado: 30 de nov. de 2022.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes**. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez, 2010, p. 01-45.

SCHIAVON, Carmem G. Burgert. **Estado Novo e Relações luso-brasileiras (1937-1945)**. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

SOUZA, Alfredo Clodomir Rolins de *et al.* **As implicações da Lei N° 11.645/2008: algumas reflexões sobre o ensino de História**. UFAM, Amazonas. v. 4, p. 74-94-94, 2020.

VELLOSO, Monica Pimenta. Sensibilidades sociais e história de vida. **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 6, 2009.

Thiago Medeiros Fernandes

Universidade Estadual do Ceará (UECE).
Mestrando em História, do Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Especialidades. Professor de História dos municípios de Caucaia e Maranguape.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2152226501618957>

Artigo recebido em: 30 de maio de 2023.

Artigo aprovado em: 17 de dezembro de 2023.